

INVISIBILIDADE E ESTIGMATIZAÇÃO DE PRÁTICAS HOMOSSEXUAIS NA GUINÉ-BISSAU: DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E À REPRESENTATIVIDADE¹

Cornélia Mendes²

RESUMO

Este artigo é fruto do trabalho desenvolvido no meu Projeto de Pesquisa para a conclusão de Bacharelado em Humanidades e trata-se da estigmatização e invisibilização dos jovens LGBT guineenses. Neste artigo, pretende-se através da pesquisa, entender o contexto da Guiné-Bissau ao se tratar da homossexualidade. Com isso, este trabalho objetiva investigar os aparatos socioculturais e simbólicos que produzem o estigma, a invisibilização e a exclusão de pessoas homossexuais na sociedade guineense. Adotou-se uma abordagem qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas e análises teóricas dos fenômenos empíricos. Para tanto, os passos para a sua construção serão identificar as barreiras sociais enfrentadas por esses jovens, através de práticas inclusivas ou exclusivas que caracterizam as estruturas sociais, e avaliar como essas dinâmicas/marcadores refletem os valores socioculturais do país. Estudos analíticos, como este aqui proposto, é fundamental para o desenvolvimento deste campo fértil ainda pouco explorado cientificamente na Guiné-Bissau, pois permite, a partir da síntese dos resultados encontrados, um melhor entendimento e a emergência do tema com o desenho de direções para futuros estudos. Este artigo ressalta a importância da reflexão crítica sobre as narrativas históricas através das quais as relações homoafetivas e a sua concepção da perspectiva biologizante são propagadas no país, e percebeu-se a drástica condição social de pessoas LGBT na Guiné-Bissau e um sistema ideológico cultural de reafirmação da lógica de controle dos corpos e desejos sexuais, travestidas de proteção moral.

Palavras-chave: estigmatização; integração social; homofobia - Guiné-Bissau; participação política.

ABSTRACT

This article is the result of work developed in my Research Project for the completion of my Bachelor's degree in Humanities and deals with the stigmatization and invisibility of young LGBT people in Guinea-Bissau. Through research, this article aims to understand the context of homosexuality in Guinea-Bissau. Therefore, this work aims to investigate the sociocultural and symbolic apparatuses that produce the stigma, invisibility, and exclusion of homosexual people in Guinean society. A qualitative approach was adopted, using semi-structured interviews and theoretical analyses of empirical phenomena. To this end, the steps for its construction will be to identify the social barriers faced by these young people, through inclusive or exclusive practices that characterize social structures, and to evaluate how these dynamics/markers reflect the sociocultural values of the country. Analytical studies, such as the one proposed here, are fundamental for the development of this fertile field, still little explored scientifically in Guinea-Bissau, as it allows, from the synthesis of the results found, a better understanding and the emergence of the theme with the design of directions for future studies. This article highlights the importance of critical reflection on the historical narratives through which same-sex relationships and their conception from a biologizing perspective are propagated in the country, and the drastic social condition of LGBT people in Guinea-Bissau and a cultural ideological system of reaffirmation of the logic of control over bodies and sexual desires, disguised as moral protection, were perceived.

Keywords: stigmatization; social integration; homophobia - Guinea-Bissau; political participation.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Andressa de Freitas Ribeiro.

² Bacharela em Humanidades e graduanda em Ciências Sociais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

“Eu sei com qual país sonho, mas sei em qual país vivo” (Emicida)

Esta frase logo acima, extraída de uma entrevista do artista brasileiro Emicida, reflete a realidade vivida por vários grupos sociais desfavorecidos, incluindo a comunidade LGBT na Guiné-Bissau. E eu acrescentaria que, muito custa para uma grande maioria, reconhecer que por mais que se sonhe com um país onde todos possam viver com respeito e dignidade, a realidade ainda nos impõe desafios significativos e interesses tendenciosos disfarçados de afeição. Mesmo assim, sempre encontramos um jeito de marcar nossa presença, ainda que seja apenas o “nosso jeito”.

No caso deste trabalho, impulsionado pela insensibilidade social e o desprezo evocado de *liberdade* na Guiné-Bissau, em um contexto de preconceitos culturais, sociais e religiosos que dificultam a plena aceitação, o direito e a cidadania de pessoas LGBT, farei uma análise crítica da forma como as estruturas sociais guineenses promovem (ou não) a inclusão e a participação desses jovens nos meios acadêmicos e políticos, observando as diferentes perspectivas de marcadores sociais característicos da Guiné-Bissau, e dando ênfase às narrativas históricas sob as quais a “diabolização” homoafetiva são propagadas. Perante o exposto, há uma grande necessidade de estudos e discussões de gênero e sexualidade que ultrapassem apenas a problematização de saúde sexual reprodutiva.³ É importante considerar e analisar o impacto da discriminação de classes sexualmente marginalizadas, buscando direções para uma sociedade mais equilibrada e inclusiva, nesta terra considerada livre e dos direitos.

Ao longo da minha jornada acadêmica e pessoal, tive o privilégio de experienciar convivências com diferentes pessoas que aparentemente, apresentavam comportamentos julgados fora do padrão heteronormativo, e socialmente eram rotulados como “*matchu mindjer ou maricas*”. Sem ter a noção da complexidade e do peso que este campo científico carrega, tal experiência despertou em mim um incômodo com o silêncio que pairava em relação às opressões e o interesse intelectual com a revelação, de modo claro, das múltiplas violências e

³ A Guiné-Bissau, através do Ministério da Saúde Pública, junto com parceiros internacionais como o Banco Mundial, OMS, PNUD, UNFPA Guiné-Bissau, UNICEF, etc., tem desenvolvido estratégias planejadas e programas que promovem a capacitação e cuidado, baseadas no gênero e sexualidade, que permeiam exclusivamente às questões de saúde sexual reprodutiva ao longo de muitos anos. Informações essas possíveis de serem encontradas nos relatórios e sites de World Health Organization - African Region, disponível em: [Países | OMS | Escritório Regional para África](#) ; em UNFPA Guiné-Bissau em: [UNFPA Guiné-Bissau | Saúde sexual e reprodutiva](#) ; ou no site da Assistência Médica Internacional (AMI) que é uma organização humanitária não governamental. Disponível em: [“Papia Ku Mi” – Falar sobre saúde sexual e reprodutiva na Guiné-Bissau | AMI](#).

discriminações enfrentadas por sujeitos considerados “estranhos e abomináveis”. Diante de tais motivações, cresceu o interesse em investigar os aparatos socioculturais e simbólicos guineenses que produzem o estigma, a invisibilização e a exclusão de pessoas homossexuais no país.

A proposta inicial desta pesquisa consistia na realização de um estudo de caso em duas associações não governamentais guineenses: Conselho Nacional da Juventude (CNJ - GB) e a Rede Nacional de Associações Juvenis da Guiné-Bissau (RENAJ - GB). A escolha dessas organizações deve-se às suas “estruturas e projetos sociais e acadêmicos que incorporam diferentes grupos sociais, associações, movimentos, redes temáticas e plataformas juvenis”, (Mendes, 2023. p. 19), com a intenção de mapear a presença de pessoas LGBT e entender suas reais participações nos processos estratégicos e de tomadas de decisões dentro dessas esferas acadêmicas e políticas. No entanto, a insuficiência de materiais/informações sobre o tema no contexto analisado instituiu limitações à projeção inicial, conduzindo-nos a uma abordagem mais ampla da temática neste artigo, com o foco na dimensão política e social.

As experiências acadêmicas nos oportunizam diversas leituras que facilitam a nossa compreensão sobre a relevância das políticas na organização da vida coletiva. Pois, a política é uma engrenagem fundamental na edificação das ideologias em todas as esferas da construção social humana; neste sentido, ela ganha vários significados diferentes a depender do contexto, período e das necessidades em que será utilizada. Porém, aqui o conceito deve ser tratado com base nas concepções de processos de tomadas de decisões e cidadania participativa, o que também nos faz pensar a sua origem. De acordo com as historiografias, a política é uma palavra oriunda do grego, denominado *Politiké*, que seria a junção de duas outras palavras gregas, nomeadamente, *Pólis* - que significa a cidade ou Estado e a *Tikós* - o bem comum dos cidadãos. Assim sendo, em uma abordagem conceitual analítica, interpretando a perspectiva de Bobbio (1983), o termo política ganhou o significado clássico e moderno de tudo aquilo que se refere à cidade, o urbano, civil, público, inclusive o que é considerado sociável e social.

Ora, discutir política é discutir a cidadania, visto que são conceitos intrinsecamente ligados e ambos se completam na estruturação de espaços públicos e da vida coletiva. Entretanto, seria possível falar em política ou em cidadania negando nossas identidades de gênero ou sexualidade? O conceito da cidadania remonta uma trajetória muito antiga se formos ver grandes obras filosóficas, porém, aqui, interessa-me fazer uma reflexão do exercício da cidadania consolidada com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Autores como Thomas Humphrey Marshall (1950) que, embora realizou o seu trabalho tendo como base analítica a sociedade britânica, fez uma impressionante análise da cidadania que serve para

pensar vários outros contextos, trazendo à luz dos debates uma conceituação bastante híbrida da cidadania, demonstrando que ela é uma ferramenta que não se resume em votos, mas sim, abrange um exercício social e político mais amplo, que é condicionado pela garantia dos direitos. Uma discussão que retomarei mais à frente.

A teoria de Marshall (1950) nos possibilita ter a compreensão da cidadania como um exercício social de cada indivíduo em um determinado Estado, em outras palavras, a participação política ativa na organização e promoção do bem-estar da vida coletiva, seja de tomadas de decisões de sua comunidade ou país. Essas contribuições me levam a pensar o contexto da Guiné-Bissau, enquanto signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em uma tentativa de compreender até que ponto essa cidadania hoje numa acepção moderna se concretiza na prática, permitindo a liberdade de expressão, pensamento, entre outras. Face aos elementos acima expostos, percebe-se que a política compreende a própria ideia de cidadania, garantindo os direitos fundamentais de todos e das minorias em específico, que basicamente procura atender um determinado grupo de pessoas dentro de suas demandas.

Salienta-se que este artigo é o resultado de pesquisas empíricas realizadas sistematicamente com vários jovens advindos em contextos diversos. Adotou-se uma abordagem qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas feitas com oito (8) jovens participantes, selecionados intencionalmente para garantir uma exploração de diversas experiências e contextos sociais, incluindo tanto jovens homossexuais quanto heterossexuais, residentes em diferentes regiões do país, nomeadamente Cacheu, Quinara, Bafatá e a capital Bissau, buscando compreender a relação da população guineense com a homossexualidade. Entre os entrevistados, uma lésbica, dois gays, uma travesti e quatro héteros. A ideia de trabalhar com jovens héteros parte de uma estratégia que visa compreender uma percepção social mais ampla, que permite análises mais abrangentes do contexto cultural, dos preconceitos e dos discursos dominantes que influenciam a vivência das pessoas LGBT.

A realização da entrevista semiestruturada empreendida foi viabilizada por meio das redes nacionais das associações juvenis, tais como o Conselho Nacional da Juventude, Guiné-Bissau (CNJ – GB) e a Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau (RENAJ - GB), mencionadas anteriormente e também através de contatos informais com jovens oriundos de zonas rurais que se deslocam à capital Bissau, para fins de formação. Este processo se desenvolve como uma abordagem para responder às minhas três principais questões de investigação: quais são as barreiras enfrentadas por jovens LGBT nos meios acadêmicos políticos e associativos do país? Como as práticas das estruturas sociais como um todo promovem a inclusão ou a exclusão? De que forma essas dinâmicas/marcadores sociais refletem

os valores socioculturais guineenses? De igual modo, este estudo sustenta-se no método qualitativo a partir da descrição e análise teórica dos fenômenos empíricos. Portanto, o mesmo estrutura-se em quatro partes distintas: “*Matchu Mindjeris e Maricas de Merda*”, “O Poder e Instituições de dominação e repressão na Guiné-Bissau”, “Entre a Invisibilidade e a Existência: a cultura de negação e tensão” e por último, “Participação e a Representatividade”.

2 MATCHU MINDJERIS E MARICAS DE MERDA

“As lutas LGBTIQ é uma das mais isoladas na África” (Sokari Ekine).

A linguagem exerce uma função primordial na construção das subjetividades individuais e coletivas, particularmente ao se tratar de contextos marcados por desigualdades e exclusões sociais. Assim, as terminologias utilizadas para nomear diferentes pessoas ou grupos sociais, além de representar caracteristicamente uma realidade, também produzem significados que moldam a forma como essas identidades são percebidas, reconhecidas, aceitas ou marginalizadas, como bem destaca a filósofa estadunidense Judith Butler (2003). No caso das dissidências sexuais e de gênero na Guiné-Bissau, o vocabulário popular à disposição é maioritariamente atravessado por expressões pejorativas e estigmatizantes, como “*matchu midjeris*” usados para designar as pessoas de gêneros masculino ou feminino de orientação sexual dissidentes, e “*maricas di merda*”, para denominar apenas os indivíduos de gêneros masculinos, cuja a sexualidade não condiz com o gênero atribuído no nascimento.

É importante, porém, observar o uso de categorias ocidentais neste trabalho para designar os corpos e sexualidades dissidentes no contexto da Guiné-Bissau, justificando, não como uma desculpa, mas pela ausência de movimentos sociais e políticos organizados em torno de lutas pela afirmação de identidades e direitos LGBT’s no país. As inexistências de tais estruturas refletem também na carência de terminologias próprias, afirmativas e não depreciativas dessas minorias, salvo, os “*Big mamás*” que é um termo/designação criada pelo primeiro grupo solidário de gays, travestis e trans na capital Bissau, mas que, também, quase não se houve falar sobre. Deste modo, prevalece, infelizmente, designações de conotações ofensivas e violentas.

No decorrer desta pesquisa, evidenciou-se o desconforto e a resistência de pessoas homossexuais em aceitar ou achar “normal” essas designações, percebidas como formas de agressão simbólica e de negação de suas existências legítimas, tanto que todos/as se identificaram com/nas categorias oriundas do Ocidente, embora comportando suas

especificidades. Diante disso, o uso dessas categorias busca, acima de tudo, o zelo pelo olhar sensível à preservação da dignidade desses sujeitos e com o intuito de evitar a reprodução de discursos discriminatórios que não respeitam experiências e sentimentos plurais de identidades e sexualidades no país. É claro que, como perfeitamente aponta Ekine e Abbas (2018, p. 26), “é preciso a resignificação de termos/categorias que anunciam agendas e lutas políticas africanas”.

Esta questão traz, mais uma vez, o fato da necessidade do reconhecimento existencial e social da homossexualidade na sociedade guineense para a construção de subjetividades não opressivas e discriminatórias. E, para que isso aconteça, diria Francisco Miguel (2021), é crucial “o processo de institucionalização” que passa pelo “reconhecimento por parte Estado, mídia e instituições sociais” para combater ou amenizar essa contínua invisibilidade e marginalização. (Miguel, 2021, p. 946). Portanto, é mais que urgente e importante a criação de políticas públicas que reconheçam e assegurem os direitos humanos básicos de pessoas LGBT, estabelecendo aberturas às vozes dissidentes para o cumprimento e exercício de sua cidadania plena, igual a todos os outros grupos sociais que compõem o país.

3 O PODER E AS INSTITUIÇÕES DE DOMINAÇÃO E REPRESSÃO DAS PESSOAS LGBT

A complexidade social produz conjuntos de condutas que determinam as relações humanas em todos os setores, estabelecendo o exercício de poder que hierarquiza e comporta a dominação de uns sobre os outros. No pensamento do sociólogo Max Weber (2004, p. 175), encontramos o conceito de poder e dominação “como uma capacidade de imposição de vontade e exercício legítimo de poder sobre os outros”, seja no âmbito individual quanto nas estruturas sociais. Este processo, segundo o autor, se dá por meio de autoridades definidoras e instituições que controlam as esferas do poder, como é o caso das ideologias e políticas que envolvem as condutas geradas por crenças, religião, práticas morais e as leis estabelecidas por cada sociedade e Estado. Complementando tal pensamento, o filósofo Michel Foucault (1999) aponta que o poder é difuso em todas as relações sociais, sendo um mecanismo circular e possível de constatar no exercício de práticas, discursos, saberes e nas instituições sociais, ao qual se vinculam a família, escolas, igrejas, entre outras. Ou seja, se por um lado Weber (2004) enxerga o poder como um dispositivo relacional e organizado, Foucault (1999), por outro, o vê

como a estrutura que opera de forma silenciosa e invisível nas práticas cotidianas, sem que haja necessariamente uma entidade reguladora ou coerção explícita.

Deste modo, pensar a condição das pessoas homossexuais na Guiné-Bissau, a partir destes conceitos e perspectivas, nos proporciona a compreensão de que as opressões nem sempre emergem por meios legais e físicos, e sim regularmente por mecanismos culturais que tornam certas identidades invisíveis, inaceitáveis, ou até mesmo inexistentes no imaginário coletivo, o que Bourdieu (1994) chamaria de “o poder simbólico”. Esta concepção de Bourdieu (1994) evidencia que os sistemas sociais criam produções simbólicas que se convertem em dispositivos de dominação que, na maioria de vezes, conduzem até os próprios oprimidos a aceitar ou internalizar sua exclusão como algo “normal”, melhor dizendo, este poder no próprio termo do sociólogo é o constituidor da realidade que estabelece a “violência simbólica”, uma conjunção efetiva incontestável na sociedade guineense.

Não sendo uma exceção, essa dinâmica de dominação é imposta e legitimada ao longo do tempo pelas igrejas e famílias enquanto instituições que constituem estruturas simbólicas e categorias de pensamento que regulam o “aceitável”, ao se tratar principalmente de sexualidade, onde, persiste a expectativa de que todos precisam e devem se comportar conforme os papéis tradicionais de “homem e mulher”, seguindo o “caminho certo” cujo o propósito é manter a honra social e a da família. Desta forma, a igreja e as culturas tradicionais exercem um forte poder normativo sobre os corpos e instrumentalizam imposições que, ainda hoje, asseguram a violência e subordinação de pessoas homossexuais por meio de discursos, representações e normas que as silenciam, culpabilizam e marginalizam.

Quer dizer, foi possível entender pelas convicções dos entrevistados/as que, embora essas instituições não legissem formalmente como Estado, elas determinam a ordem moral social. O cristianismo colocando sempre a homoafetividade como pecado, o islamismo como desrespeito à ordem divina e as tradições como uma ruptura de preceitos sociais e ancestrais. No decorrer desta pesquisa, foi constatado que as influências destas instituições, igual a tantos outros contextos africanos, não enxergam apenas a homoafetividade como o pecado ou uma prática ocidental, senão, também, como uma doença patológica supostamente mais prevalente em certas etnias.

Ainda que não existam sistemas biomédicos institucionalizados que fundamentam tais afirmações decorrentes, as especificidades históricas (colonial) e culturais do país, instituiu com o neo-imperialismo do ocidente, mecanismos sociais e religiosos influenciados por arcabouços discursivos médicos do passado. Já dizia Foucault (2020), a biomedicina, através de pedagogias e saberes, desempenhou o papel fundamental na produção e no controle de corpos e

sexualidades, categorizando os indivíduos e classificando, a partir do século XIX, as condutas sexuais como “normais” e “anormais” (patológicas). Aquilo que antes era visto apenas como uma prática sexual entre duas pessoas do mesmo gênero, passa a conformar uma nova espécie de indivíduo, com uma doença incrustada no seu corpo. (Ribeiro, 2008)

A percepção de que existe essa perspectiva da prática homossexual como doença foi possível pela escuta atenta das experiências e interpretações pessoais dos/as entrevistados/as, que, a propósito, referiam-se as pessoas homossexuais por “*peessoas com estas características*” ou “*peessoas com esse problema*”, e essa coleta de informações e apreciação de discursos permitiu identificar a forma como a homossexualidade é percebida na Guiné-Bissau, atravessando múltiplos eixos de significação. A título de exemplo, cito a seguinte declaração do interlocutor Mussa que, quando indagado sobre a possibilidade de inclusão de questões que abordam as sexualidades nas políticas estratégicas da RENAJ e a criação de ambiente mais inclusivo, pensando as especificidades dos grupos sociais, disse:

Sim, acho que é possível. Pois, a partir do momento que nos permitimos lidar com *peessoas com essas características*, é possível. Podemos instituir mecanismos que viabilizem não só sua presença física, mas que seja algo notório através de trocas de informação para “ensinar” os outros a saber lidar com o diferente. Na verdade, ao longo dos últimos anos, as *peessoas com esse problema* participam das nossas atividades e nunca passam por desconfortos, porque prezamos sempre pela criação de ambientes respeitosos. (Mussa, 2024).

Estes dados reforçam a importância de refletir sobre estes marcadores sociais da diferença, a complexidade dos sentidos atribuídos à homoafetividade e das dinâmicas de exclusão e estigmatização. Essa concepção, longe de ser isolada, reflete um entrelaçamento das dimensões religiosas, culturais e biomédicas que fundamentam esta infâmia no contexto guineense. Assim, as denúncias de alguns interlocutores, como Sanca, Mendes, Natcharé, Fábio⁴, parece-nos de extrema relevância ao indicarem um ponto comum que aponta a cosmovisão social de suas condições, em que acontecem as produções e reproduções de uma imagem dominante que os caracteriza, dizendo, “as pessoas nos veem e tratam como indivíduos com distúrbios mentais”. Como afirma a escritora e feminista nigeriana Sokarine Ekine (2013), no enfrentamento da luta política pela afirmação dos direitos das sexualidades dissidentes africanas, existem duas principais e distintas narrativas, entre essas:

[...] Uma afirma que as sexualidades queer são “não africanas”, enquanto a outra trata a África como um lugar de homo-fobia obsessiva. A primeira provém de um conjunto de fundamentalismos religiosos, que insistem em interpretações estritamente literais

⁴ Fábio Stran, jovem gay e universitário de 27 anos. Informação fornecida em 03/06/2021

de textos religiosos, e uma postura culturalmente essencialista, que patologiza e nega a existência da condição queer (queerness) no continente. [...] (Ekine, 2013, p. 78 *apud* Rea, 2021, p. 131)

Essas duas narrativas, como aponta Rea (2021), têm sido passadas e reforçadas tanto pelas representações políticas, quanto pelas lideranças religiosas africanas e, particularmente na Guiné-Bissau, confirmando o que ela denomina de “posturas nacionalistas”. Observou-se também um dado particularmente revelador neste processo que demonstra as diferentes formas de atravessamento e o nível de violência que se cruzam e produzem distintas e complexas opressões às pessoas LGBT. Este fenômeno pode ser compreendido à luz do conceito da interseccionalidade proposto por Kimberlé Crenshaw (2016), que viabiliza análises de diferentes marcadores sociais e permite a compreensão dessas transversalidades.

Neste contexto estudado, foi possível entender que existe o maior nível de violência homofóbica contra homens gays e pessoas travestis em comparação às mulheres lésbicas, o que sinaliza a intersecção baseada na categoria gênero e sexualidade. As normas culturais e sociais sobre a masculinidade refletem muito na sujeição desses corpos, isto é, eles enfrentam as repressões em uma intersecção entre a orientação sexual e a masculinidade normativa. Como mostra Connell e Messerschmidt (2013), a masculinidade hegemônica é uma construção social que normatiza as relações, “introduzindo a forma mais honrada de ser homem, exigindo a todos os homens a se posicionarem em relação a ela e consequentemente legitimá-la ideologicamente” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 245).

É indiscutível a rigidez masculina (virilidade) normatizada, que se configura como mecanismo de controle, perpetuando a não resolução de conflitos e fortalecendo estereótipos que impedem a prática homossexual de ser compreendida e vivida “normalmente”, até mesmo por aqueles que se identificam como tal, a “*cultura de matchundadi*”. Essa é uma compreensão unânime dos interlocutores héteros deste trabalho. Essa ideia reforça a fala de Luís, em resposta a sua opinião sobre a relação amorosa e possível casamento entre pessoas do mesmo sexo na Guiné-Bissau:

Estas práticas ou relações não fazem parte da minha cultura e nem são bem vistas aos olhos do meu povo e religião. Pois, um homem deve ser o chefe e protetor de sua família. Portanto, não consigo entender um casamento onde os casais são homens, quem faria o papel da mulher? Para a nossa realidade, isto não deve ser aceito, não obstante ter reconhecido a necessidade de respeitá-las é uma outra questão. (Luís, 2024).

Ou seja, “ser homem” nas culturas locais se configura à medida que os homens são viris, dominantes e heterossexuais, portanto, a homossexualidade e o ser gay, travesti, representa, aos

olhos dos que se consideram conservadores, uma transgressão direta às expectativas sociais, por não corresponder ao ideal hegemônico. Esse ideal conservador tradicional e religioso de virilidade masculina é tratado como uma realidade incontestável (Miguel, 2015). Mas, como salienta a ativista queniana Gathoni Blessol (2018), se todos pudessem (re)examinar as evidências históricas e conhecer a multiface e a complexidade das práticas e expressões sexuais africanas, o cenário seria, sem dúvidas, outro.

O argumento de que a homossexualidade não é africana, disseminada pelos fundamentalistas religiosos, justifica a ideia do interlocutor acima citado, ao defender que é preciso respeitar os “direitos dos povos”, como referenciado anteriormente, e essa narrativa de entrevistado Jorge Mendes, ao dizer que “após descobrir a minha sexualidade, minha família se empenhou em concretizar um casamento arranjado, justificando que sou homem e preciso construir uma família”. Lembrando aqui a alerta de Connell e Messerschmidt (2013, p. 270), compreender essa incorporação e hegemonia, exige uma dinâmica de também entender que “os corpos são tanto objetos da prática social como agentes na prática social”.

Já as mulheres lésbicas, embora subalternizadas, tendem a enfrentar formas de violências menos visíveis ou menos agressivas fisicamente. Elas são frequentemente invisibilizadas, mas consideradas “menos perigosas” à ordem patriarcal, melhor dizendo, aos pressupostos do sexismo e da misoginia. Tudo isso evidencia claramente que nem todo o preconceito com base na orientação sexual opera da mesma maneira, mas sim atua assumindo especificidades conforme os marcadores sociais.

É importante destacar também que a categoria classe revela-se determinante na forma como os homossexuais são tratados e protegidos socialmente. Pessoas de classes sociais com o nível médio de escolaridade tendem a ter maior proteção familiar e social, acesso aos diversos espaços, oportunidades educacionais e a contingências de ocultar ou “negociar” sua identidade em contextos menos repressivos, como é o caso dos interlocutores Lourdes e Fábio, que demonstraram ter apoio familiar desde a adolescência, em termos de segurança e educação, apesar dos familiares não concordarem com suas sexualidades.

Assim, percebe-se que a interseccionalidade sugere que as formas de opressão e discriminação estão entrelaçadas e interconectadas; ela destaca a complexidade das identidades individuais e coletivas, reconhecendo que diferentes formas de discriminação podem se sobrepor, criando experiências únicas e muitas vezes exacerbadas de marginalização. Enfim, é importante examinar e entender as categorias sociais e as estruturas de poder que criam sistemas violentos e desumanizadoras de certos corpos, principalmente nos contextos como o da Guiné-Bissau.

4 ENTRE A INVISIBILIDADE E A EXISTÊNCIA: A CULTURA DE NEGAÇÃO E TENSÃO

“Se negligência não fosse uma forma de violência, omissão de socorro não era crime”.
(Fernando B. da Costa).

A invisibilidade social é um fenômeno que tem sido alvo de diversos estudos em todas as esferas sociais, sobretudo na contemporaneidade com as contribuições antropológicas, sociológicas e da psicologia ao pensar as relações determinadas pelas estruturas sociais, baseadas nas ideologias e valores sociais em diferentes contextos, que forçam culturalmente a naturalização das desigualdades e preconceitos. Fernando Braga da Costa, na sua pesquisa sobre os “*Garis*”, apesar de se tratar de um contexto específico (trabalhista), fez uma discussão da “invisibilidade pública” que muito serve ao propósito deste trabalho. Pois, esse autor, com o seu estudo, conceitua a invisibilidade pública como um fenômeno que transcende apenas “o não ver, mas sim uma forma de negação simbólica do outro”, no caso, de sua dignidade e existência plena na sociedade. (Costa, 2002).

Neste caso, como mostra Mendes (2023), ainda que não tenha registos oficiais que a comprove, a população “LGBT constitui uma camada populacional expressiva na Guiné-Bissau” (p. 7) e que enfrenta uma luta constante contra certos valores sociais enquanto instrumentos que moldam as vivências da sociedade guineense. Neste sentido, “a expectativa dos direitos” entra em choque com as formas como esse grupo social é tratado e silenciado. Deste modo, as perspectivas de Costa (2002) sobre a invisibilidade pública tornam-se um dispositivo poderoso e crítico para a análise da situação/condições dos LGBT guineenses. À semelhança dos trabalhadores braçais retratados por esse autor que são “apagados” por conta de suas funções não valorizadas, as pessoas homossexuais na Guiné vivem em uma eterna invisibilidade social forçada, por sua sexualidade e por falta de reconhecimentos institucionais em que quase não existem políticas públicas, leis protetoras ou menções nos discursos oficiais, minando suas existências enquanto cidadãos com direitos.

A Guiné-Bissau vive em um profundo paradoxo em relação à homoafetividade que inquieta e cruza a sociedade. Por um lado, a não criminalização legal da sexualidade não heteronormativa, o que, em tese, a alinha aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual é signatária. Por outro, persiste um temor difuso, nutrido por discursos conservadores e religiosos, que associam a visibilidade das dissidências sexuais à ameaça aos ditames sociais e à perda de valores considerados tradicionais, reforçando a falsa ideia da

inexistência da homossexualidade no país. E vale ressaltar que esse apagamento tem sido estimulado ao longo do tempo com o silêncio e a omissão do próprio Estado. Apoiar-me-ei nos pensamentos da escritora malawiana Jessie Kabwila (2018), e dizer que, tal como Malawi, a Guiné-Bissau precisa de fato “ter uma conversa descolonizada que não sigam as prescrições discursivas colônias e nem essencialistas do próprio país, que alimenta do discurso colonial ocidental da religião organizada do Ocidente, do Oriente e do elitismo. (Kabwila, 2018. p. 130). Pois, como também assegura Blessol (2018), os extremistas religiosos na África que condenam as sexualidades dissidentes por supostamente não pertencerem suas culturas, “são os mesmos seguidores de cultos evangélicos oriundos do Ocidente no testemunho, no discurso e nas normas”. (Blessol, 2018. p. 102).

Assim, a presença física das pessoas LGBT não diz muita coisa, pois as suas sexualidades e identidades de gênero as condiciona a viver a lógica de exclusão simbólica mesmo estando nos bairros, nas escolas, igrejas e nos mercados, entre outros lugares. Os relatos dos interlocutores desta pesquisa demonstram que a humilhação e preconceito velado no país se expressam com olhares, piadas, a rejeição familiar ou religiosa e, muitas vezes, em situações mais graves com as agressões físicas, fato que gera um tipo de profundo sofrimento difícil de denunciar com a rotulação negativa de suas formas de existência e a cristalização de certas categorias, tais como a heteronormatividade, a masculinidade e feminilidade hegemônicas⁵.

Esse conjunto de situações também cria o sentimento de múltiplas pertencas e identidades e, em muitos casos, o de deslocamento que as obriga a ser mais flexíveis para enfrentar os desafios do dia a dia, considerando que a depender do contexto, elas tendem a adotar comportamentos diferentes para se enquadrar ao modelo padrão da sociedade - a heteronormatividade. Esse enquadramento ocorre com o intuito de não se sentirem vulneráveis e alvos da discriminação e estereótipos, pois, percebem coisas que poucos percebem e as sentem de maneira que mais ninguém sente. Essa foi a realidade de Mendes⁶, uma travesti de 42 anos de idade, que ao falar do seu processo de entendimento e aceitação como homossexual e, em seguida, travesti, disse o seguinte:

⁵ Segundo a teoria de Judith Butler (2003), no seu livro “Problemas de Gênero”, a heteronormatividade é uma pressuposição de coerência entre o sexo atribuído no momento do nascimento, o gênero, o desejo e a prática sexual. Essa pressuposição fundamenta uma normatividade heterossexual, construída sobre estereótipos hegemônicos de gênero e do que significa ser homem e mulher. Essa lógica gera um contexto extremamente violento para as pessoas que destoam dessas expectativas de gênero e sexualidade.

⁶ Informação fornecida em entrevista pelo ativista Jorge Eliseu Mendes, um jovem travesti, em 26/04/2024.

Informação fornecida por administrador em recurso humano Igor Sanca, jovem gay, em 26/04/2024.

É importante destacar que todos os participantes desta pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme exigido pelas normas éticas de pesquisa envolvendo seres humanos. Os entrevistados autorizam expressamente a divulgação dos dados obtidos e o uso dos seus nomes reais neste trabalho.

[...] Fazia de tudo para não transparecer nada e nunca falei sobre a minha sexualidade, apesar de saber que eles desconfiavam, e ao estar no meio público lembrava e ainda lembro sempre que os que ali estão não fazem parte do meu grupo, então faço o impossível para não me colocar mais problemas do que eu já tinha. (Mendes, 2023).

Sanca, um jovem gay de 27 anos de idade, apresenta um relato semelhante ao de Mendes,

[...] O medo da nossa sociedade trajada de preconceito e machismo era tão grande que me faltava a coragem para procurar os nossos grupos de apoio. Procurar um grupo de apoio significa assumir a sua orientação sexual e ser alvo de isolamento social, pois, deixa de ter qualquer que seja o valor para a sociedade, assim, uma das formas viáveis é o disfarce. (Sanca, 2023).

Embora “não sendo o único modelo e a estratégia de vivência da homoafetividade” ao se tratar de um contexto africano, como nos alertam críticos pensadores/as queerx africanxs, para muitos homossexuais guineenses o “armário ainda é uma característica fundamental da vida social” (Sedgwick, 2007. p. 22). Esta visão de Sedgwick aponta uma análise crítica da forma como a sociedade obriga os indivíduos a se posicionarem visivelmente dentro de um padrão binário, “fora do armário” assumindo ou dentro “escondido”, coagindo-os a viver sob vigilância e controle constante do que dizem ou não sobre si mesma, afinal, “é bem mais simples encontrar segurança em uma identidade homogênea”. (Muthein, 2018. p. 93).

A falsa ideia da inexistência da homossexualidade tende a reforçar cada vez mais esse apagamento silencioso, e a negação é sempre cunhada nas afirmações do tipo, “não temos isso” ou “isso é contra as nossas culturas”, como é o caso de afirmação de Luís, jovem hétero de 29 anos de idade, residente na capital Bissau, uma das lideranças do Conselho Nacional de Juventude e entrevistado desta pesquisa. Como muitas outras sociedades conservadoras, a Guiné-Bissau alimenta a invisibilidade social das pessoas LGBT negando a própria realidade e os condena a viver em permanente tensão interna, com medo, autocensura, vergonha e rejeição que torna necessário a duplicidade de vida para sobreviver ocultando suas verdadeiras identidades sexuais. Essa realidade faz com que a participação política da maioria dos jovens homossexuais e travestis na vida coletiva do país seja marcada pela desmotivação, acarretando dificuldades em exercer a sua cidadania plena e, de igual modo, barreiras no acesso aos serviços essenciais como a educação, saúde, justiça, etc.

Neste sentido, a invisibilidade funciona como uma estratégia de controle. E uma vez escondidos, a possibilidade de organização e o ecoar das vozes políticas desses jovens é completamente minada, em consequência, uma sucessão de experiências e vivências grotescas e difíceis são agravadas pelo simples fato deles(as) não se adequarem ao papel de gênero

esperado. Assim, os valores sociais guineenses operam de forma rígida e violenta, corroborando para a permanência da violência desses corpos no país. As entrevistas mostram que o Estado não cria políticas públicas específicas, a mídia e as associações juvenis evitam o tema, as escolas não discutem a diversidade e a religião condena sem qualquer contestação. Fatos que não ofereceram nenhuma surpresa ao escutar de quatro interlocutores desta investigação que, nos seus ambientes familiares e ciclos de amigos, nunca se fala sobre a homossexualidade, afinal, essa é uma estratégia historicamente utilizada para manter o status quo.

António, por exemplo, outro jovem hétero⁷ de 30 anos de idade, também residente na capital, ao falar sobre sua experiência como ativista, destacou a inexistência de discussões que englobam a homoafetividade nas associações juvenis que frequenta e acompanha suas atividades, nomeadamente o Conselho Nacional da Juventude, Guiné-Bissau (CNJ – GB) e a Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau (RENAJ-GB), afirmando e lamentando que isso aconteça não porque nesses espaços não existem pessoas LGBT's, mas sim, porque a elas não é dada abertura e também por não participarem com uma representatividade que lhes confere qualquer possibilidade de empreender uma luta política sobre suas realidades.

Tal fato corroboraria a declaração de um dos dirigentes de uma das maiores ONGs do país, a Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau (RENAJ), quando o mesmo confirma que as políticas estratégicas desta organização não possuem linhas específicas voltadas à população homossexual. Ele afirma que suas políticas são mais abrangentes fazendo com que, de um certo modo, todos sem exceção se sintam parte das suas lutas, embora não discutam a situação das pessoas homossexuais e travestis. Essas tensões entre existir e não poder se mostrar, produz um campo fértil para conflitos sociais latentes, todavia, há movimentos discretos, porém firmes e, aceitando ou não, eles se configuram como rachaduras no “Muro do Majestoso Silêncio”. Então, é a partir deste ponto que a expectativa do direito entra em conflito com as tradições, na esperança de que o direito individual, a livre escolha sexual e de gênero, possa ser respeitada e consagrada.

Com dificuldades, os jovens LGBT têm se organizado, cada vez mais articulando movimentos e espaços de apoio, circulando sobretudo as informações de modo online. Considerando as realidades acima relatadas, percebe-se que no contexto da Guiné-Bissau não existem dinâmicas de discussão e, muito menos, de escuta para questões das sexualidades, lembrando que, o exercício da escuta também é a renúncia do poder absoluto, uma vez que a

⁷ Informação fornecida em entrevista pelo ativista e jornalista António, em 23/08/2024.

verdadeira diversidade se torna produtiva à medida em que todos/as conseguem falar e ser escutado/a. E, nesta conjuntura, não é difícil entender que o silêncio não é neutro, mas sim um instrumento político, estratégico e profundamente violento, pois ele cria e fortalece a divisão entre “o nós e o eles”.

Entretanto, como adverte o antropólogo Francisco Miguel (2015, p. 57), a análise da situação/condição da homossexualidade africana exige uma dinâmica cautelosa, dado que “os contextos socioculturais proporcionam realidades diversas, do qual as experiências urbanas e rurais em muitos casos se diferem”. Em alusão a este fenómeno, António, um dos interlocutores, narra que nas tabancas, ou seja, nos interiores, dificilmente se vê pessoas homossexuais, e o que se sabe é que das poucas vezes que alguns tentaram se assumir gays, foram brutalmente espancados e deserdados da família. Porém, fora a questão da violência que, claro, representa uma ameaça e motivo para a vivência das sexualidades dissidentes em segredo, há um outro fator que diz respeito ao fato da homossexualidade na Guiné-Bissau não ser necessariamente entendida da mesma forma em todos os contextos. Como mostra Miguel (2020), ao tratar de Moçambique, existem pessoas que vivem e mantêm relações homoeróticas sem a cobrança de identificação rotuladas, mas essa é uma discussão que também retomarei mais à frente.

Desta forma, o Estado, as mídias, as associações juvenis e a sociedade guineense como um todo, como parte da contemporaneidade globalizada, precisa acompanhar as transformações criando meios e debates públicos com pautas que abrangem esta problemática para combater os processos de discriminação e desigualdade. Ainda que custe caro, tal ação é necessária para que construam cidadãos mais conscientes capazes de compreender as dinâmicas sociais, a transversalidade dessa análise sociológica e pensar no imprescindível papel de socialização e ONGs na promoção da mobilidade social de pessoas LGBT's. Afinal de contas, os valores sociais que regem as nossas vidas não são apenas ideias abstratas, mas também, forças que moldam políticas, relações e o próprio futuro.

5 PARTICIPAÇÃO E A REPRESENTATIVIDADE

Pensar a participação e a representatividade como motor das influências e mudanças sociais que produzem diferenças significativas na vida das pessoas, independentemente dos contextos, é fundamental para compreender a importância e o nível de inclusão, o reconhecimento do poder político e social da população homossexual, enquanto a camada marginalizada na Guiné-Bissau. Então, direcionar a nossa atenção à forma como a diversidade

é representada é uma articulação vital na promoção de informações e valores sociais que não desvalorizam diversos modos de existir em nossas sociedades. Assim, esta linha de pensamento coloca-nos indagações que tencionam analisar as narrativas sociais não plurais guineenses ao longo do tempo e perspectivas do futuro com relação à aceitação da homossexualidade.

A ideia de participação, representação e a representatividade para as comunidades LGBT no país são complexas e com custos inimagináveis para essas minorias. O fato de, ainda hoje, não existir qualquer legislação que reconhece os direitos dessas comunidades, a falta de representatividade LGBT visíveis nos meios de comunicação ou na política, a restrição de acesso aos serviços públicos, a falta de espaços e participações em ONGs e movimentos ou decisões públicas e a não representação cultural positiva de suas identidades é, no mínimo, lamentável. A pesquisa empreendida para elaboração deste trabalho evidencia que a representatividade LGBT guineense é restrita, ou seja, até essas pessoas se “descobrirem/assumirem” não têm referências externas/sociais que os conduzem aos caminhos de reconhecimento, isto é, os processos de construção pessoal de suas imagens e auto-imagem também se faz a partir da percepção e do reconhecimento do outro com relação a elas e interfere diretamente nas suas autoestimas e nos seus bem-estar.

Como afirma Djamila Ribeiro (2018), a representação é uma forma de contrapor as narrativas que colocam os subalternizados em uma construção negativa nos espaços e meios de comunicação, quer dizer, ela aborda a representatividade como uma questão de poder, em uma hierarquização de “quem pode falar, quem é ouvido e quem toma as decisões”. Destarte, a falta de políticas públicas e a segregação dos homossexuais nas estruturas de emancipação criam grandes lacunas e ao observar o atual cenário, ser visto é uma forma poderosa de pressão, reivindicação e resistência. E tudo isso passa necessariamente por quebras de silêncio e tabus, mobilização pública e confronto dos estereótipos e preconceitos, forçando o Estado e a sociedade como um todo a reagir e responder às pressões públicas, enfim, ser visível é existir politicamente.

É preciso reconhecer os esforços e articulações que têm sido feitos por Big Mama⁸ Fountain (Mendes, 2023), pequenos grupos e movimentos de apoio LGBT na capital Bissau, mas por outro lado, é crucial denotar a necessidade da centralidade de mobilizações de caráter político, que de uma certa forma acabam sendo colocados em segundo plano, pois, a maioria das ações de Big Mama, para além de solidariedade e prestar apoios, possui caráter mais festivo.

⁸ *Big Mama Fountain* é o primeiro movimento solidário de gays, travestis e trans guineenses, que contou com mais de 100 membros ao longo dos anos. Informações possíveis de encontrar no site de Discourse on Development, disponível em: [Guinea-Bissau's increasingly accepting homosexuality in conservative region](#).

É verdade que essa construção implica muitos aspectos ou fatores que não se limitam a participar e fazer representar, como também enfrentamentos com severas consequências, uma vez que, como claramente apontam os/as interlocutores/as deste trabalho, o autoconhecimento homossexual é sinônimo de perda de qualquer significado que caracteriza a dignidade. Porém, como aponta Natcharé, uma interlocutora lésbica de 28 anos de idade de região de Quinará, atualmente residente no Brasil, “é necessário criar e estabelecer instituições organizacionais que veiculam informações que portam imagens e histórias reais que geram a empatia, o respeito e o aumento da pressão popular por mudanças”. (Natcharé, 2024)⁹

Infelizmente, as políticas estratégicas de muitas associações juvenis guineenses, em especial CNJ e a RENAJ - GB ainda não veem os obstáculos e a invisibilidade enfrentados por homossexuais como uma demanda social, uma outra questão é a unanimidade social de posturas defensivas frente a este fenômeno. A pressão social implícita produz a necessidade de se alinhar às convicções/normas e às expectativas culturais dominantes, mesmo quando as pessoas demonstram uma postura pouco hostil sobre o tema. Assim, prevalece o “eu respeito, mas não apoio”. Como é possível perceber na fala da Maria Silva, uma jovem hétero e jurista de 26 anos, de região de Cacheu,

Compartilho muitos espaços com pessoas homossexuais tanto aqui na Guiné-Bissau assim como em Portugal, e nesses espaços e ambientes sempre existiu respeito e eu mesma já defendi algumas vezes gays e lésbicas de possíveis ataques e discriminação. Não sou uma defensora da causa LGBT, mas, enquanto seres humanos dignos de respeito, eles merecem ser respeitados e ter a oportunidade de viver suas relações com segurança. (Silva, 2024).

Esta tensão entre o desejo de respeitar e o não comprometimento reflete o medo de rompimento do *status quo* e a falta de informação e debates públicos. Tal questão coloca em cheque os posicionamentos de tolerância e aceitação daqueles que se consideram progressistas neste contexto. Pois, como aponta Foucault (2014), às sociedades moldam o comportamento das pessoas através de discursos que definem o que é “normal” ou “desviante”. É notório pelos posicionamentos e falas dos/as interlocutores/as desta pesquisa que ainda existe no país a preocupação de que a homossexualidade possa ser adquirida, e isso reflete muito nos discursos da população guineense, quando aborda-se o tema e a possibilidade de um olhar mais inclusivo para as sexualidades dissidentes. Relativamente a esta questão, os entrevistados, Luís, Mussa e Silva¹⁰, questionados sobre as suas opiniões a respeito de possível inclusão de conteúdos que

⁹ Informações fornecidas em entrevista pela entrevistada Lourdes Natcharé, jovem lésbica, em 31/08/2024.

¹⁰ Por Luís, jovem hétero e um dos líderes da associação CNJ, em 13/08/2024.

Mussa, jovem hétero, e um dos líderes da associação RENAJ-GB, em 22/08/2024.

versam sobre as diversidades sexuais nos currículos escolares na Guiné-Bissau, tiveram respostas que espelham os fatos acima referidos.

O Luís, por exemplo, afirma que “a inclusão de conteúdos deste gênero nos currículos é importante, mas é preciso levar em conta que além da necessidade de promoção de direitos individuais, também deve-se respeitar e salvaguardar os direitos dos povos”, afirmando mais uma vez que as relações homoafetivas não fazem parte das culturas da Guiné-Bissau. Já o Mussa uma das lideranças da RENAJ de 29 anos, mostra que não é totalmente contra, porém, disse que “é preciso considerar duas principais abordagens, a antropológica e teológica, para compreender o tipo de sociedade que temos e analisar quais culturas a representam, e será possível entender que isto não é adequado considerando aquilo que os espaços defendem”. Mesmo ele concordando em outro momento que a falta de informação tem sido o fator gerador de conflitos. Por último, Silva, ao falar da mesma viabilidade, afirma:

Essa perspectiva me deixa inquieta e não a apoio, dado que ainda existe uma enorme dificuldade no país em falar apenas do sexo, imagine das sexualidades. E sem contar que proporcionar estes conteúdos aos estudantes será um incentivo e impulsionará crianças e jovens a escolherem e se tornarem homossexuais. (Silva, 2024).

Enfim, é através desses e tantos outros discursos iguais que se percebe a urgência, a necessidade e relevância de participação, representação e a representatividade das diversidades sexuais e identitárias nos meios de comunicações e nos espaços de construção, fato que torna imprescindível a criação de políticas públicas que possam dar suporte e garantir a segurança e o bem-estar da população LGBT, fazendo coro a uma luta por uma vida digna e, sobretudo, livre. Aproprio-me agora da ideia de Mendes (2023), é só observar situações e posicionamentos como estes que se conclui que “ninguém escolhe ser lésbica, gay e travesti infeliz”. Este discurso sinaliza a concepção disciplinar e vigilante do corpo e do desejo, característicos de formas de poder analisadas por Foucault (2020), em sua obra “A História da Sexualidade”, do qual é visível não apenas a repressão, como também, a produção de discurso normativos que determina o legítimo e o desviante.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se compreender, através de pesquisa teórico-empírica, o nível da representatividade e participação social e política dos jovens LGBT no contexto guineense e suas implicações na subjetividade e exercícios da cidadania plena dos mesmos. Os dados aqui apresentados revelam a drástica condição social de pessoas LGBT na Guiné-Bissau e um sistema ideológico cultural de reafirmação da lógica de controle dos corpos e desejos sexuais, travestidas de proteção moral que, durante muitos anos, tem inviabilizado uma camada populacional significativa e as práticas sexuais dissidentes.

Entender essas relações que emergem dos estigmas e preconceitos que limita a voz pública, fragilizando assim a participação e a representatividade política dos homossexuais, consequentemente, marcando jornadas de ausência de reconhecimento institucional e o acesso restrito aos espaços de tomadas de decisões, demonstram a necessidade do conhecimento e a compreensão das diversidades que compõem as manifestações/práticas sexuais diversas das sociedades africanas, e a guineense em particular. O fato de buscar com este trabalho uma linha tênue entre a existência e o silêncio histórico que marcou, e ainda marca as vivências e a subjetividade de muitos guineenses considerados “anormais”, evidencia e reconhece as tensões e a relação de poder e dominação socialmente construído para manter o *status quo*.

Embora em uma conjuntura de intensa estigmatização e invisibilidade, é importante reconhecer os pequenos grupos de apoio que, nos últimos tempos, se configuram como esforços de resistência e mobilização coletiva que vêm emergindo. Do qual, se destaca o emblemático movimento de apoio, solidariedade e articulação dos homossexuais na capital Bissau “Big Mama Fountain”. Ainda que enfrente inúmeras adversidades, sua existência representa uma ruptura simbólica das condições a ele imposta, indicando a coragem e a determinação na luta por reconhecimento, cidadania e participação política.

Assim, durante este processo de pesquisa e construção deste trabalho, foi possível entender que a falta de informação sobre a homossexualidade tem gerado tensões e conflitos na sociedade guineense, tanto do ponto de vista prático, quanto teórico. Portanto, é urgente e indispensável que o Estado crie mecanismos que possam garantir a segurança desses corpos, através de políticas públicas, reconhecimento institucional e aberturas para essas vozes no país, na promoção de compreensão das experiências LGBT locais de forma mais sensível, de modo a evitar análises e interpretações superficiais ou etnocêntricas. A realização desta pesquisa demarca uma experiência profundamente significativa, tanto a nível pessoal quanto acadêmico, trazendo a nossa responsabilidade de indagar sobre as realidades constantemente

marginalizadas e silenciadas, mesmo dentro dos próprios discursos de cidadania e democracia na Guiné-Bissau. Assim, este foi um processo de escuta, empatia e denúncia, um passo necessário na luta por uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente da diversidade que a compõe.

Em suma, espera-se que este artigo signifique um convite ao leitor/a a ter um olhar mais atento às formas de violências, invisibilidade, exclusão e a empatia, navegando em todas as linhas dos depoimentos dos interlocutores deste trabalho. De igual modo, suscitar aos futuros pesquisadores e pesquisadoras o interesse em explorar diversos outros aspectos relacionados ao tema que possam contribuir para a promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT, pensando suas mobilidades sociais.

REFERÊNCIAS

- ANTÓNIO. Depoimento [ago. 2024]. Entrevistadora. Cornélia Mendes: UNILAB, 2024. Questionário (5 questões abertas). Entrevista semiestruturada online (vídeo conferência, 1h). [Entrevista concedida a] Cornélia Mendes para a pesquisa sobre a homossexualidade na Guiné-Bissau.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. v.1, ed.11. Brasília DF.
- BUTLER, Judith. Problemas de **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar, ed. 22. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 2003.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 01, p. 241-282, 2013.
- COSTA, Fernando Braga da. **Garis: um estudo de psicologia sobre invisibilidade pública**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**, v. 1, Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Ed. Paz e Terra, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**, v. 4, Ed. Paz e Terra, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar. Punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Raquel Ramalhe. ed. 20. Petrópolis. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- LUÍS. Depoimento [jul. 2024]. Entrevistadora. Cornélia Mendes: UNILAB, 2024. Questionário (5 questões abertas). Entrevista semiestruturada online (vídeo conferência, 1h).

[Entrevista concedida a] Cornélia Mendes para a pesquisa sobre a homossexualidade na Guiné-Bissau.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. In: BOTTOMORE, Tom (org.). **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Sérgio Bath. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 56–114. Disponível em: <https://adm.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/18/2014/10/Marshall-Cidadania-Classe-Social-e-Status1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MENDES, Cornélia. **Participação e Inserção dos LGBTs nas Associações Juvenis da Guiné-Bissau (CNJ E RENAJ-GB)**. 2023. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3588>.

MENDES, Jorge Eliseu. Depoimento [abr. 2024]. Entrevistadora. Cornélia Mendes: UNILAB, 2024. Questionário (5 questões abertas). Entrevista semiestruturada online (vídeo conferência, 1h). [Entrevista concedida a] Cornélia Mendes para a pesquisa sobre a homossexualidade na Guiné-Bissau.

MIGUEL, Francisco Paolo Vieira. Águas quentes da Laginha: contribuições de um antropólogo para uma história da homossexualidade masculina em Cabo Verde, África. **História, Histórias, Brasília**, v. 3, n. 6, p. 42-70, dez. 2015.

MIGUEL, Francisco Paolo Vieira. “Por que os homossexuais só existem na cidade?” A recente “institucionalização” da “homossexualidade” no sul de Moçambique. **Social. Antropol.** Rio de Janeiro, v. 11, n.03. p. 945-969. dez. 2021.

MIGUEL, Francisco Paolo Vieira. Por que homossexuais só existem na cidade? A recente “institucionalização” da “homossexualidade” no sul de Moçambique. **Sociologia e Antropologia**, p. 945-969, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v1139>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MUSSA. Depoimento [ago. 2024]. Entrevistadora. Cornélia Mendes: UNILAB, 2024. Questionário (5 questões abertas). Entrevista semiestruturada online (vídeo conferência, 1h). [Entrevista concedida a] Cornélia Mendes para a pesquisa sobre a homossexualidade na Guiné-Bissau.

NATCHARÉ, Lurdes. Depoimento [ago. 2024]. Entrevistadora. Cornélia Mendes: UNILAB, 2024. Questionário (5 questões abertas). Entrevista semiestruturada online (vídeo conferência, 1h). [Entrevista concedida a] Cornélia Mendes para a pesquisa sobre a homossexualidade na Guiné-Bissau.

PIERRE, Bourdieu. **O Poder Simbólico**. ed.1, Lisboa, Ed. DIFEL, 1994.

REA, Caterina Alessandra. «Fundamentalismos evangélicos e guerras culturais em contextos africanos: o debate ao redor das leis anti-homossexualidade», **Anuário Antropológico** [Online], Brasília, v.46, n.2 | 2021.

REA, Caterina. **Traduzindo a África Queer**/Caterina Rea, Clarisse Goulart Paradis, Izzie Madalena Santos Amancio. 1ª edição/Salvador, BA: Editora Devires, 2018.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. **Da AV. Cerqueira Lima ao Beco dos Artistas: “O limbo feliz de uma não-identidade”**. 2008. Projeto de (Dissertação para o Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** Editora Companhia das Letras, 2018.

SANCA, Igor. Depoimento [abr. 2024]. Entrevistadora. Cornélia Mendes: UNILAB, 2024. Questionário (5 questões abertas). Entrevista semiestruturada online (vídeo conferência, 1h). [Entrevista concedida a] Cornélia Mendes para a pesquisa sobre a homossexualidade na Guiné-Bissau.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Tradução: Plínio Dentzien **Cadernos pagu**, p. 19-54, 2007.

SILVA, Maria. Depoimento [abr. 2024]. Entrevistadora. Cornélia Mendes: UNILAB, 2024. Questionário (5 questões abertas). Entrevista semiestruturada online (vídeo conferência, 1h). [Entrevista concedida a] Cornélia Mendes para a pesquisa sobre a homossexualidade na Guiné-Bissau.

STRAN, Fábio. Depoimento [set. 2021]. Entrevistadora. Cornélia Mendes: UNILAB, 2024. Questionário (5 questões abertas). Entrevista semiestruturada online (vídeo conferência, 1h). [Entrevista concedida a] Cornélia Mendes para a pesquisa sobre a homossexualidade na Guiné-Bissau.

THE URGENCY OF INTERSECTIONALITY. Vídeo. 18mn 49s. Publicado pelo canal TED. 07 dez. 2016. Disponível em: [The urgency of intersectionality | Kimberlé Crenshaw | TED](#). Acesso em: 22 abr. 2025.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. V. 2, São Paulo, Ed. Universidade de Brasília, 2004.